



Em atenção às disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18.11.2011 (Lei de acesso à informação), Lei Estadual nº 9.963, de 27.07.2015 e Decreto nº 25.399, de 31.07.2015, e em resposta ao protocolo nº 300420211589975 do Portal da Transparência passivo, seguem as respostas para as questões solicitadas. Caso não concorde com a resposta dada, você poderá fazer uma reclamação ou entrar com um recurso, através do mesmo sistema e-SIC, PC/RN ou se preferir tirar alguma dúvida, poderá entrar em contato através do telefone (84) 3232-7678 e pedir para falar com o operador do Portal da Transparência Passivo da PC/RN.

### **Sobre Unidades Especializadas no combate aos Crimes Cibernéticos**

1 - Qual a história de criação da unidade?

Na Polícia Civil do RN, não existe unidade policial especializada no combate aos crimes cibernéticos; este tipo de crime é investigado pelas Delegacias distritais (dos bairros) ou municipais.

2 - Qual a formação e composição dos seus quadros funcionais? Existem apenas profissionais da segurança pública ou são contratados consultores?

Prejudicada.

3 - Qual a infraestrutura, tecnologias e equipamentos disponíveis?

Prejudicada.

4 - Quais os treinamentos (em tecnologia) necessários e/ou disponíveis para que sejam parte da unidade?

Prejudicada.

5 - A unidade tem algum tipo de sistema “principal” para combate ao crime?

Prejudicada.

6 - Existem ferramentas que tenham sido desenvolvidas internamente? Quem faz o apoio e suporte de TI?

Prejudicada.

7 - Existe um perfil profissional específico ou desejado para se trabalhar numa unidade desse tipo?

Prejudicada.

8 - Qual o número de registros de ocorrência por mês? Quantas são lavradas na própria unidade? Quantas são online? É possível ter uma ocorrência oriunda de outras unidades da estrutura de segurança pública?

Não existe acompanhamento estatístico detalhado sobre a essa modalidade criminosa.

9 - Existe uma estatística sobre o tempo médio de uma investigação considerando a abertura de uma ocorrência e sua conclusão?

Prejudicada.

10 - Existem trabalhos ou mapas de análise estatística do tipo “Mancha Criminal”? Talvez algum tipo de abordagem por tipo de crime e frequência de determinados tipos de ocorrência p.ex.?

Não existe acompanhamento estatístico detalhado sobre a essa modalidade criminosa.

11 - Dentre os vários crimes elucidados, certamente existem aqueles de maior destaque e



que viraram casos de estudo e análise. Poderiam ser citados e resumidas algumas dessas ações?

Prejudicada.

12 - A unidade faz ações educacionais ou patrocina ações de prevenção ou monitoração de crimes digitais ou cibercrimes?

Prejudicada.

13 - A unidade faz consultoria para outros órgãos de governo ou da iniciativa privada na parte de segurança da informação ou na parte de tecnologia de prevenção a crimes digitais?

Não tem unidade deste crime.

Prejudicada.

### **Sobre Crimes Digitais**

1 - Existem dados (Bancos de dados ou microdados) que possam ser analisados para fins estatísticos? Como posso solicitar o acesso?

Uma vez que os crimes cibernéticos são investigados em qualquer delegacia distrital não há banco de dados disponíveis para análise estatística.

2 - Quais são os Modus Operandi mais comuns? Quais os crimes mais denunciados?

Não há tabulação disponível sobre os modus operandi mais comuns.

3 - Qual o típico perfil do criminoso?

Não há tabulação disponível sobre o dado solicitado.

4 - Existem indicativos de organizações criminosas “tradicionais” migrando para atuar nesse tipo de crime?

Não há tabulação disponível sobre o dado solicitado.

5 - Existe um levantamento sobre o perfil das vítimas?

Não há tabulação disponível sobre o dado solicitado.

6 - Existe uma tabela com a tipificação dos crimes?

A tipificação dos crimes é estabelecida em legislação penal.

7 - A tipificação (tipificação criminal de delitos informáticos –Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012) é suficiente para os casos ou é necessário fazer também um trabalho de analogia com os outros tipos de crime previstos no código penal para a devida instrução processual e apresentação de denúncia?

A atividade de adequação do fato à norma é prerrogativa da autoridade policial que conduz a investigação e não integra os propósitos das leis de acesso à informação relacionados à Polícia Civil, eis que não se refere a eventual dado/informação mantido por esta instituição.

8 - Como se combatem as quadrilhas virtuais e como fica a tipificação criminal frente aos diferentes tipos de ações e responsabilidades? Existem casos que possam ser analisados (Por exemplo: Quem faz o vírus, quem faz o site ou hospeda o site para golpes, quem compartilha, quem usa a máquina infectada, quem recebe e repassa o ganho ilícito)?

Não há tabulação disponível sobre o dado solicitado.

9 - Como é tratada a divulgação de crimes (digitais) realizados para recrutamento por facções ou por demonstração de força?

Não há tabulação disponível sobre o dado solicitado.



10 - Qual é o protocolo de combate a divulgação, venda e entrega de armas, drogas e entorpecentes (através da WEB)? Existem casos que possam ser analisados?  
Não há tabulação disponível sobre o dado solicitado.

### **Sobre os aspectos legais nos Crimes via WEB**

1 - Como é resolvida ou tratada a questão da jurisdição em investigações de crimes que são ou podem ser executados em vários locais pelo mundo (RJ/Br/Mundo)?

A Polícia Civil tem circunscrição ou atribuição específica, seja pela matéria especializada ou pelo local do fato e, também, sujeitando-se às normas de direito processual.

2 - Existem acordos de cooperação policial no Brasil para esse tipo de crime? Qual o protocolo adotado para se acionar outras forças da área de segurança?

O acionamento de outras forças Segurança no território brasileiro, via de regra, ocorre formalmente, por Carta Precatória, objetivando formalizar algum ato investigativo fora do território da unidade policial estadual. No âmbito internacional, a cooperação dá-se através do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

3 - Caso o Brasil venha a aderir, qual a expectativa sobre a aplicação da “Convenção de Budapeste” no referente ao combate ao cibercrime e ao crime digital?

A pergunta não integra os propósitos das leis de acesso à informação, eis que demanda a emissão de juízo sobre circunstância eventual e futura, não se referindo a dado/informação mantido pela Polícia Civil.

4 - A Lei 13.964/2019 (Lei Anticrime), que possibilitou a infiltração virtual de agentes policiais para obter dados de conexão e cadastrais de membros de organizações envolvidas com crimes cibernéticos já foi usada em algum caso? Podem ser resumidas para ilustração?

Não há casos de utilização de infiltração policial conforme previsto na lei 13.964/2019.

5 - Imaginando que a unidade tem participação na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (batizada de "E-Ciber" por meio do decreto 10.222), já existem ações efetivas que possam ser destacadas?

Não existe unidade para este tipo de crime.

6 - Entre os casos de sucesso, existem histórias de ações conjuntas com outras unidades policiais do BRASIL ou do mundo em ações de combate ao cibercrime e crime digital?

Não há tabulação disponível sobre cooperação com forças policiais de outros estados ou países.

7 - Tendo as empresas privadas de tecnologia como a Google e Microsoft entre outras, além de ONGs (SaferNet p.ex.) exercido um papel expressivo no combate e sobretudo na denúncia de crimes pela internet, como é a cooperação com a iniciativa privada? Existem protocolos definidos?

A cooperação com a iniciativa privada é realizada caso a caso a partir do acionamento da autoridade policial a partir de demanda noticiada. Não há protocolos definidos.

8 - Existem eventos do tipo “Lei 9099” (Baixo Potencial Ofensivo) que podem ser ou foram resolvidos por Termos Circunstanciados com o escopo dos crimes digitais?

Não há tabulação disponível sobre o dado solicitado.